

Repensando a sala de aula

Novas formas de organização do tempo e do espaço pedagógico

Uma leitura mais atenta dos discursos dos professores, bem como dos teóricos que se debruçam sobre o campo da educação escolar, mostra-nos que a organização do tempo e do espaço de trabalho pedagógico é uma das preocupações mais abordadas nesses discursos.

Como cumprir o programa? Como é que posso trabalhar, de forma bem sucedida, com tantos alunos sob a minha responsabilidade numa sala de aula? Que condições de trabalho são necessárias para que os meus alunos possam trabalhar em grupo, pesquisar e desenvolver projetos? Eis-nos perante alguns exemplos de questões que nos mostram como a reflexão sobre a transformação das práticas pedagógicas não poderá ser dissociada da reflexão sobre organização do espaço e do tempo de trabalho nas escolas.

Um olhar retrospectivo sobre a afirmação da escola no mundo contemporâneo, entre os séculos XVIII e XIX, permite que constatem que, em larga medida, quer o sucesso de um tal projeto, quer a sua própria configuração como projeto educacional, passou pelo modo como tal processo de afirmação enfrentou e resolveu o desafio relacionado com a organização e a gestão do espaço e do tempo pedagógico. Pode mesmo considerar-se que a afirmação da escola como instituição educativa de massas só foi possível devido ao desenvolvimento de uma "tecnologia da sala de aula", citando João Barroso, em "Os Liceus. Organização pedagógica e administração (1836-1960)", 1995, p. 10) que permitiu responder a duas questões primordiais: (i) Como "ensinar tudo a todos como se fossem um só". Quais as modalidades de organização do trabalho pedagógico mais adequadas para promover a instrução coletiva dos alunos?

No tempo em que vivemos, as perguntas, sabemos-lo, são outras, já que, hoje, a problemática da organização do espaço

e do tempo pedagógico é abordada em função de um outro tipo de preocupações educativas. Aquelas que têm a ver com a necessidade das escolas se constituírem como espaços de aprendizagem e de produção cultural, condição para que, concomitantemente, possam se assumir como espaços de socialização e de formação pessoal e social. Nesse âmbito, a reflexão sobre a organização dos espaços e dos tempos de trabalho na sala de aula constitui uma atividade crucial, na medida em que não é possível recusar o paradigma pedagógico da instrução sem problematizar o modo de ensino simultâneo através do qual aquele paradigma tem vindo a se concretizar.

Se os desafios educativos, que atualmente se colocam a todos os que se relacionam com os projetos de educação escolar, passam, em larga medida, por reconhecer o sujeito que aprende nas suas singularidades pessoais e culturais, enquanto sujeito que é co-construtor de saberes no âmbito de um grupo que potencializa essa possibilidade, então os espaços e os tempos dedicados ao trabalho nas escolas terão que ser organizados de forma congruente com tais intenções pedagógicas. Em primeiro lugar, tais espaços terão que se pluralizar e o tempo dedicado ao trabalho escolar terá que ser gerido de forma mais contingente e diversificada. Em segundo lugar, tais espaços e tempos deverão ser objeto de um tipo de gestão participada e intencionalmente pensada, por parte de todos aqueles que partilham uma sala de aula. Nesse sentido, um dos desafios que se coloca aos professores é o de entender, como um objetivo nuclear da sua intervenção docente, e o de contribuir para que os seus alunos aprendam a gerir os espaços e os tempos de trabalho como uma competência que deverão desenvolver. Em terceiro lugar, e relacionado com os pressupostos definidos anteriormente, importa reconhecer que a gestão daqueles espaços e tempos se subordina à necessidade da construção de um ambiente educativo que possa ser definido como uma

comunidade de aprendizagem. Isto é, como um espaço de interação humana onde, como refere Jerome Bruner, na obra "Cultura da educação" (2000), se providenciam os apoios adequados aos principiantes, se gerem as tarefas a propor e as condições da sua realização e onde cada um contribui, na medida das suas possibilidades, para que os outros possam aprender.

A homogeneidade dos alunos, entendida como uma virtude da escola no âmbito das pedagogias da instrução, passa a ser entendida como uma ilusão insensata. É a diversidade que é reconhecida como um dos mais importantes desafios pedagógicos a enfrentar, principalmente porque é através do contato, da partilha e do confronto com os outros que se ampliam as possibilidades de aprender e de se formar. A onipotência do professor, a qual lhe permite ser o único que, no grupo-turma, conhece os objetivos a atingir e as estratégias para que os mesmos se concretizem, detendo, igualmente, o poder de avaliar se isso foi conseguido, é, também, objeto de problematização. Isso ocorre porque aqueles objetivos se transformam

em objeto de partilha, de negociação e de apropriação por parte dos alunos.

As estratégias, por sua vez, deixam de ser avaliadas em função apenas do seu grau de aproximação ou de distanciamento face às estra-

tégias de referência que se impõem como padrão, mesmo que o seu sentido e racionalidade seja estranho aos alunos que as terão que mobilizar. Isso não significa que se defenda que os professores estão com seus dias contados ou, tampouco, que possam ser minorizados. A sua participação é decisiva como interlocutores qualificados, isto é, como alguém que sabe que não pode fazer pelos alunos aquilo que só aos alunos compete fazer, ainda que possa contribuir para que estes se transformem em seres mais inteligentes e humanamente mais capazes. Eles, enquanto interlocutores qualificados, terão que saber melhor do que ninguém que a possibilidade de quem quer que seja se afirmar como pessoa depende da qualidade da interação e da cooperação com os outros.

Nesse caso, a organização do espaço nas salas de aula terá que ser pensada de modo a permitir que cada um possa trabalhar de forma autônoma ou em grupo, desenvolvendo ações de colaboração com outros e possibilitando quer o apoio tutorial dos professores, a quem dele necessite, quer o desenvolvimento de sessões de trabalho coletivas.

De igual modo, o tempo de trabalho e os dispositivos ou os procedimentos que dizem respeito à sua gestão, terão que ser concebidos para organizar os momentos em que as atividades acima enunciadas ocorrem. Garante-se, dessa forma, a participação gradual dos alunos na gestão do tempo. Assim, por um lado, se introduzem rotinas que rentabilizam o trabalho e favorecem a explicitação de regras comuns e, por outro, permite-se que estes mesmos alunos possam experimentar e viver, de forma concreta, uma situação que conduz ao desenvolvimento da sua autonomia e das experiências de cooperação. ●



Ariana Cosme

Professora e Diretora do Gabinete de Educação Contínua da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto – Portugal; Licenciada e Doutora em Ciências da Educação; Autora de obras na área. ariana@fpce.up.pt

